



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO DE 2005

Brasília – DF

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	3
1 OFÍCIO DA PFDC	4
1.1 Servidores	4
1.2 Resumo das Atribuições e Atividades	5
1.2.1 Secretaria do Gabinete (GAB)	5
1.2.2 Assessoria Administrativa (AA)	5
1.2.3 Assessoria de Documentação, Informação e Divulga- ção (ADID)	6
1.2.4 Assessoria Multidisciplinar (AM)	10
2 DIRETRIZES E PRIORIDADES	15
3 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO	18
3.1 Relação de Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão com Especialização em Saúde e Educação	- 18
3.2 Grupos de Trabalho: Resumo das Atividades	21
4 ATIVIDADE DE REVISÃO	27
5 ATIVIDADE EXTERNA	30
5.1 Participação em Conselhos	30
5.2 Participação em Eventos	31
5.3 Participação em Comissão de Jurados	32
5.4 Audiências Concedidas.....	32
6 EVENTOS ORGANIZADOS OU APOIADOS	33
7 PARCERIAS FORMAIS E INFORMAIS	34
CONCLUSÃO	35

INTRODUÇÃO

O presente Relatório descreve as diretrizes de atuação, as prioridades e as atividades da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão de coordenação e revisão dos ofícios dos Procuradores dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), regulado nos arts. 11 a 16, 39 a 42 e 276 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Refere-se ao período de janeiro a dezembro de 2005 e atende à Resolução nº 1, oriunda do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF).

Embora as ações possam, em determinados momentos, ocorrerem em conjunto com os PRDC e PDC, não tem o presente relatório a intenção de demonstrar uma visão total das atividades por eles exercidas.

ELA WIECKO V. DE CASTILHO
Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

1 OFÍCIO DA PFDC

TITULAR: ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO	Subprocuradora-Geral da República (titular da PFDC – mandato de 2 anos, iniciado em 06 de maio de 2004).	-
---	--	---

1.1 Servidores

Secretaria do Gabinete (GAB)

Nome	Situação	Função
Maria Hildenora de Souza Torres	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-5
Iza Paula Leandro Viana	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-3
Ailza Rodrigues Pinto	Datilógrafo (cedida pelo INSS)	FC-1
Laura Cunha de Alencar	Estagiária de Nível Superior (Direito)	-
Mariana Lima do Nascimento	Estagiária de Nível Superior (Pedagogia)	-
Isabelle Luiza Moreira Lopes	Estagiária de Nível Médio (Ciências Biológicas)	-

Assessoria Administrativa (AA)

Nome	Situação	Função
Getúlio Viturino da Silva	Técnico Administrativo (cedido pelo GEIPOT/MT)	FC-6
Sheila Neves de Oliveira	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-2
Mônica Malecha Sgarbosa	Administradora (cedida pelo Ministério da Fazenda)	FC-1
Carmem Conceição de A. Medeiros	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	-
Jadson Souza Fernandes	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	-
Fernanda Neves Hardman Neves	Estagiária de Nível Superior (Publicidade e Propaganda)	-
Marina de Vasconcelos Padrão Costa	Estagiária de Nível Superior (Publicidade e Propaganda)	-
Carlos Alberto Coelho Moura	Auxiliar de Serviços Gerais (Terceirizado)	-
Claudete Mota dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais (Terceirizada)	-
Almir Pires de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais (Terceirizado)	-

Assessoria de Documentação, Informação e Divulgação (ADID)

Nome	Situação	FUNÇÃO
Helena Lúcia Cochlar da Silva Araújo	Publicitária e Jornalista (Sem vínculo)	FC-6
Marlene Maria Lima de Miranda	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-1
Valéria Maria Alves do Nascimento	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-2
Frederico Marques de Oliveira Ribeiro	Estagiário de Nível Superior (Biblioteconomia)	-
Marlon Lúcio da Silva de Souza	Estagiário de Nível Superior (Tecnologia/Sistema Web)	-
Gabriel Nunes Oliveira	Estagiário de Nível Superior (Desenvolvimento/Web)	-
Roberta Rodrigues Moreira dos Santos	Estagiária de Nível Superior (Comunicação-Jornalismo)	-
Miriam Beatriz Balen de Carvalho	Estagiária de Nível Superior (Letras)	-

Assessoria Multidisciplinar (AM)

NOME	SITUAÇÃO	FUNÇÃO
Jorge Bruno Sales de Souza	Analista Pericial em Antropologia (Quadro do MPF)	FC-6
Mariela Villas Bôas Dias	Bacharel em Direito (Sem vínculo)	FC-6
Fernando Luís Silveira Correa	Analista Judiciário (cedido pelo STJ)	FC-6
Eduardo Alexandre Z. Vieira da Cunha	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-3
Flozilene de Souza Oliveira	Técnico Administrativo (Quadro do MPF)	FC-3
Rossana Maria do Amaral Barros	Analista de Controle Interno (Quadro do MPF)	FC-3
Emília Ulhoa Botelho	Analista Pericial em Antropologia (Quadro do MPF)	FC-3
Mércia Beatriz Miranda	Administradora (cedida pela RADIOBRÁS)	FC-2
Cláudio Dias de Almeida	Analista Processual (Quadro do MPF)	-
Alcilaíne da Silva Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais (Terceirizada)	-

1.2 Resumo das Atribuições e Atividades

1.2.1 Secretaria do Gabinete (GAB)

Presta apoio administrativo direto à titular (controle da agenda, atendimento de telefonemas, controle das mensagens eletrônicas, controle dos procedimentos e expedientes submetidos a despacho) e, quando necessário, coopera com a Assessoria Administrativa.

1.2.2 Assessoria Administrativa (AA)

Planeja, coordena e controla as atividades de apoio administrativo (triagem, autuação, recebimento, expedição, distribuição e controle de documentos e procedimentos, elaboração de minutas, além do controle interno sobre os recursos humanos e materiais, entre outras). Presta apoio administrativo (secretariado, informações diversas, encaminhamento de formulários relativos à autorização de passagens, diárias, hospedagens, alimentação, traslados internos etc) aos membros integrantes dos Grupos de Trabalhos instituídos e nas demais reuniões no âmbito da PFDC.

É comum também, quando solicitada e possível, a prestação de apoio a outras unidades, principalmente PRDC e PDC .

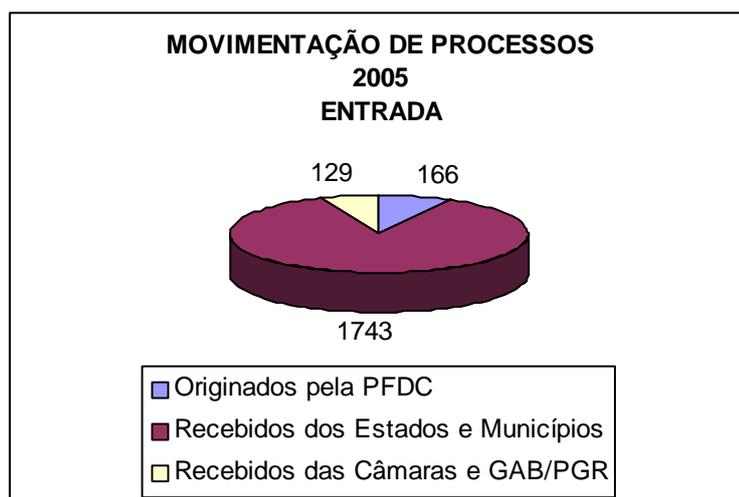
MOVIMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	
Remanescentes em 31/12/2004	364
Originados pela PFDC	166
Recebidos dos Estados e Municípios	1743
Recebidos das Câmaras e GAB/PGR	129
Total	2402

Encaminhados aos Estados e Municípios	707
Encaminhados ao PGR e às Câmaras	197
Remetidos à CCA	31
Total	935

Total Geral (Remanescentes) em 31/12/2005	1467
--	-------------

OFÍCIOS EXPEDIDOS	
Requisição de Informações	344
Pedidos de Providências	341
Comunica providências adotadas aos interessados	67
Informações prestadas	99
Encaminha procedimentos	409
Convite para participar de Evento ou Reunião	49
Outros	69
Total	1378

EXPEDIENTES	
Despachos/PFDC	5281
Ofício Circular	13
Memorandos Expedidos	218
Memorandos Recebidos	31
Ofícios Recebidos	975
Portarias e Atas Publicadas	13



1.2.3 Assessoria de Documentação, Informação e Divulgação (ADID)

- **Documentação**

Biblioteca:

O acervo de livros e periódicos da PFDC, antes organizado através do aplicativo “Livros”, passou a ser controlado pelo aplicativo “PHL 8”.

Foram transferidos e disponibilizados para consulta no novo sistema 412 periódicos e 146 livros. A migração do restante do acervo – cerca de 600 publicações, incluindo periódicos e livros – deverá estar concluída até final de março de 2006.

Foram realizadas pesquisas para a PFDC durante o ano de 2005 e empréstimos de publicações.

Áudio e Vídeo:

Existem 157 títulos catalogados e organizados por data (96 fitas VHS, 58 CDs, 2 DVDs e 1 cassete) nos arquivos da PFDC. Além disso, foi criada a pasta “Acervo Multimídia” na página da PFDC na Internet com diversas peças de áudio e vídeo.

Fotografias:

264 fotos, catalogadas e organizadas em 3 álbuns. Há também um arquivo com fotos digitais na pasta “Acervo Multimídia”, no site da PFDC

Currículo:

São atualizados regularmente dois currículos da titular, um no formato da Plataforma Lattes do CNPQ e um tradicional. Este pode ser acessado no diretório “G”, pasta “Dra Ela” dentro da pasta principal “PFDC”.

Organização de publicações:

A ADID acompanha o levantamento dos recursos, a coleta dos dados a serem publicados, a diagramação, a elaboração dos fotolitos, a impressão e o lançamento.

- Supervisão editorial dos Manuais da PFDC, em fase de pré-impressão.

- **Informação**

Alimentação do banco de dados:

Banco de Dados: Atualização diária de documentos recebidos das Procuradorias da República nos Estados e através de pesquisas nas páginas das PR (ACP, ICP, TAC e Recomendações).

Está na página da PFDC na WEB <http://cf-homologacao.pgr.mpf.gov.br/busca/estrut/default.cfm?app=pselec3> e possui um campo para serem efetuados diversos parâmetros de pesquisa, conforme conste no documento arquivado. O banco de dados da PFDC foi integrado ao banco de dados do MPF através do aplicativo “Inteiro Teor”.

Acompanhamento: Aplicativo onde são lançadas as informações das Ações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que após a análise da Assessoria Multidisciplinar, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão envia ofícios às PR solicitando informações e/ou providências acerca de denúncia de trabalho análogo a de escravo. Desenvolvimento e implementação do aplicativo “Medidas Judiciais” que complementa o aplicativo atualmente em uso.

Elaboração de “quadro demonstrativo” da atuação dos PRDC (ACP, ICP, TAC e Recomendações): É o resumo do conteúdo do banco de dados da PFDC, encaminhado através do Informativo para todos os membros do Ministério Público Federal.

Registro dos procedimentos adotados pelos Procuradores da República nos Estados.

Gestão de conteúdo da página da PFDC no portal da PGR e na intranet.

Criação de listas de discussão dos grupos de trabalho.

Suporte na pesquisa sobre racismo institucional, modificação no sistema de *clipping*.

Consultas PFDC: Trata-se de mensagem eletrônica consultando sobre assuntos relacionados à PFDC e ao Ministério Público. Essas consultas demandam resposta ou retorno do recebedor. Foram encaminhadas 5 Consultas aos membros e servidores do MPF. As Consultas podem ser acessadas na página da PFDC na WEB.

Boletim de Notícias: O Boletim de Notícias é elaborado diariamente, contendo as matérias relacionadas aos Direitos Humanos e assuntos de interesse da PFDC veiculados na imprensa (Folha de São Paulo, O Globo, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, “internet”). As edições são gravadas no diretório “G” e podem ser encontrados através do aplicativo de pesquisa. As edições do Boletim são publicadas diariamente na página da PFDC.

Agenda: Aplicativo com duas agendas (uma da titular e outra da Assessoria). Cabe à ADID proceder o cadastramento e autorização dos usuários, bem como entrar em contato com a Coordenadoria de Desenvolvimento quando aparecerem problemas na operacionalização.

- **Divulgação**

Criação da Apresentação Institucional (Português, Francês, Inglês e Espanhol) na versão *Flash* e sua constante atualização.

Disponibilização de imagens para o Memorial do MPF.

Divulgação de assuntos de interesse institucional (informativo, boletim, intranet, internet).

Atuação como facilitadora, na intermediação do relacionamento entre a ASSCOM e os veículos externos e internos de comunicação.

Informativo PFDC: São comunicações de assuntos institucionais relevantes, enviados através da rede aos PRDC, membros, servidores, conselhos, dentre outros. Em 2005 foram enviados 60 Informativos, encontrados na página da PFDC e guardados em pasta arquivo no armário “D”.

Contatos com a Imprensa: A ADID é encarregada de manter um relacionamento eficaz entre a PFDC e a mídia. São efetuados contatos com a ASSCOM/PGR para divulgar assuntos e temas relacionados com a PFDC, agendar entrevistas com a titular ou com os PRDC. Também são sugeridas matérias sobre os dias comemorativos que têm relação com os Direitos Humanos.

Notícias em Televisão: no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005, foram veiculadas cerca de 75 matérias que de alguma forma mencionavam a PFDC e/ou sua atuação com relação à defesa dos Direitos Humanos.

Notícias em Mídia Impressa: durante o ano de 2005, foram veiculadas cerca de 354 notícias relacionadas à PFDC em mídia externa e 120 notícias no PGR Informa.

Matérias em Rádio: foram veiculadas cerca de 48 matérias de rádio relacionadas aos Direitos Humanos ou à PFDC veiculadas na mídia, 21 delas no “MPU Agora” e 27 no “Questão de Justiça”.

Eventos: a ADID dá apoio aos encontros anuais dos Procuradores da Cidadania e demais eventos de que a PFDC faz parte. A área é também responsável pela criação e confecção das peças de divulgação e do material gráfico relativo a esses eventos (convites, *banner*, faixas, cartões de visita e de agradecimento, *folder*, crachás, certificados etc)

- **Administração da Página da PFDC na WEB**

Orientada para dar transparência à atuação da PFDC, a página eletrônica na internet manteve, até o início de dezembro de 2005, a mesma apresentação e o mesmo conteúdo disponível na intranet da PGR.

Para atender ao Decreto 5296, foi desenvolvida uma nova página para a internet, em conformidade com as regras de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. A página antiga permanece na intranet.

São criados *links*, *lay-outs*, informações e efetuadas publicações diariamente. São também criadas peças de divulgação institucional de datas comemorativas relacionadas aos direitos humanos.

Ambas as páginas contêm as principais informações sobre a atuação e a estrutura da PFDC: dados sobre as Procuradorias Regionais; os Grupos de Trabalho; legislação; artigos, informativos e boletim (*clipping*) de notícias sobre direitos humanos; publicações; sites interessantes; diversos documentos internacionais sobre Direitos Humanos; um acervo multimídia contendo arquivos de áudio, de vídeo e de fotos; banco de dados e uma área reservada à divulgação das ações de cidadania no MPF e das iniciativas de entidades ligadas a Direitos Humanos. Outras áreas do *site*, também acessíveis a qualquer usuário, são direcionadas especialmente aos usuários do MPF: listas de discussões, comissões da PFDC, fórum de debates e consultas.

- **Botões**

“O que é a PFDC?”: estrutura da PFDC; Relatórios de Atividades.

“Procuradorias dos Direitos do Cidadão”: Contato da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; PRDC.

“Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão”: informações desde o VI Encontro.

“Grupo Nacional de Promotores e Procuradores dos Direitos do Cidadão”: Relatório de Atividades; I Encontro Nacional do MP e Direitos Humanos; Grupo Executivo da Comissão Permanente de Direitos Humanos do CNPG.

“Grupos de Trabalho”: Alimentação Adequada; Comunicação Social; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Educação; Inclusão para Pessoas com Deficiência; Saúde; Segurança Pública; Grupos de Trabalhos Encerrados.

“Listas de Discussão”: listas de discussão de cada GT em atividade.

“Comissões PFDC”: Comissão Portaria 303/05.

“Banco de Dados”: *link* que encaminha o usuário para a Base de Dados de Manifestação de Inteiro Teor.

“Legislação”: Acordos Internacionais; Legislação separada por temas relacionados aos Direitos Humanos.

“Fórum de Debates”: *link* que encaminha o usuário para um fórum de debates da PFDC.

“Informativos PFDC”: informativos desde 2004.

“Consultas PFDC”.

“Artigos”: artigos diversos da PFDC.

“Boletim de Notícias”: Edições de Semana; Pesquisa.

“Publicações”: publicações da PFDC.

“Datas Comemorativas”: *link* que abre uma outra janela com um calendário de datas comemorativas relacionadas aos direitos humanos.

“Outros Sites”: *links* para sites de órgão governamentais, órgãos estaduais, organismos internacionais e organizações da sociedade.

“Em Destaque”: documentos diversos relevantes à PFDC.

“Documentos Internacionais sobre Direitos Humanos”: Convenções; Recomendações; Relatórios.

“Ações de Cidadania no MPF”: divulgação de ações de cidadania.

“Acervo Multimídia”: arquivos de áudio, vídeo e foto.

VISUALIZAÇÃO DA PÁGINA DA PFDC:

The screenshot shows the homepage of the Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). At the top, there is a header with the logo of the Ministério Público Federal - Procuradoria Geral da República and the text 'Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão'. A search bar is located in the top right corner. Below the header, there is a navigation menu on the left side with various categories such as 'Página Inicial', 'O que é a PFDC', 'Composição', 'Encontros Nacionais', etc. The main content area features the PFDC logo and a brief description of the organization's mission. On the right side, there are sections for 'outros documentos' and 'parceria', including a logo for the 'PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL'.

• Suporte Interno

A ADID fornece suporte técnico na área de informática aos setores da PFDC.

1.2.4 Assessoria Multidisciplinar (AM)

Dá suporte técnico às atividades da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, emitindo informações, notas técnicas, acompanhando procedimentos administrativos instaurados ou encaminhados à PFDC, assessorando os Grupos de Trabalho, entre outras atividades.

As atividades realizadas pela AM podem ser classificadas em dois tipos básicos: de duração permanente e de duração determinada. Atividades de duração permanente são aquelas que se realizam de modo constante tais como o assessoramento de Grupos de Trabalho ou o acompanhamento das reuniões de conselhos e comissões integrados pela PFDC, atividades de duração determinada são aquelas executadas para cumprimento de despacho específico da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, tais como elaboração de informações, notas técnicas, preparação de reuniões, atendimento ao público, relatórios, pesquisas etc.

- **Atividades de duração permanente**

- a) Acompanhamento de Conselhos e Comissões:

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH (7 reuniões).

Destaques para os seguintes casos:

- desocupação do Parque Oeste em Goiânia/GO (2 reuniões com as vítimas na PFDC);
- situação dos jovens egressos da FEBEM na Penitenciária Tupi Paulista/SP;
- grupo de extermínio de crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará.

Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE:

Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD (reuniões 16/03, 14/04 e 19/05)

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE:

- participação em reuniões das subcomissões da CONATRAE para discutir assuntos tais como: ações preventivas, regulamentação da Portaria/MTE 540/2004, propostas de alterações legislativas, tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 438 e acompanhamento da implantação do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (11 reuniões).

Grupo de Trabalho Interinstitucional para formação de uma Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família.

Coordenação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos CPNPDDH.

Conselho Deliberativo do Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas e do Depoente Especial (8 reuniões).

- b) Assessoramento dos Grupos de Trabalho da PFDC:

- Alimentação Adequada;
- Comunicação Social;
- Direitos Sexuais e Reprodutivos;
- Educação;
- Inclusão para Pessoas com Deficiência;
- Segurança Pública.

- **Atividades de duração determinada**

- elaboração de Informações : 82;
- elaboração de Notas Técnicas: 41;
- atendimento ao público (presencial e telefônico): 54¹.

- **Participação em eventos**

- Tema: Inclusão da Pessoa com Deficiência:

Audiências Públicas sobre o PL n.º 3638, de 2000-Estatuto da pessoa com deficiência (5 reuniões) na Câmara dos Deputados).

¹ Os dados referentes ao atendimento ao público são relativos aos últimos dois meses de 2005, e refletem somente os atendimentos telefônicos que passam pela recepção da PFDC.

Audiência Pública sobre “Inclusão social da pessoa com deficiência” (Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados).

Capacitação de orçamentos para políticas públicas – Pessoa com deficiência (Câmara dos Deputados, 22/08 a 10/10 – total de 16 horas).

Oficina de atualização profissional sobre a legislação de acessibilidade - Ministério das Cidades, 12-13/12.

Seminário “Banalização da Interdição Judicial no Brasil” (Câmara dos Deputados, 20 e 21/10).

Seminário Nacional "Diálogos do turismo: Uma via de inclusão" – Hotel San Marco, 08 a 10/12.

➤ Tema: Promoção da Igualdade de Gênero e dos Direitos da Mulher:

Audiência Pública sobre "Mulheres encarceradas e o sistema penitenciário no Distrito Federal", Câmara dos Deputados, 18/05.

Audiência Pública sobre “A situação das parteiras tradicionais”. Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, 19/05.

Painel sobre a Revisão da Legislação Brasileira que trata da Interrupção Voluntária da Gravidez, Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, 24/05.

➤ Tema: Promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo:

Reunião com representantes da *Commission for Racial Equality*, da *Audit Commission e Department for International Development*, órgãos do governo do Reino Unido para intercâmbio de experiências na implementação de políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. Auditório do 5º Andar da PGR, 23/02.

Seminário Internacional “Promovendo a Igualdade Racial: um diálogo sobre políticas”. Hotel Lake Side, 12 e 13/04.

Seminário "Trabalho doméstico, políticas públicas e promoção de igualdade racial" - Hotel Kubitschek Plaza, 27/04.

Reunião do Comitê Supervisor Nacional do Programa de Combate ao Racismo Institucional-PCRI, nos dias 18/04 e 19/08.

Audiência Pública “Cursinhos para afrodescendentes e políticas públicas”, Câmara dos Deputados, 21/06.

Reunião da SEPPIR com representantes das Religiões de matriz africana no Brasil, 22/06.

Reunião para Revisão Anual do Programa de Combate ao Racismo Institucional, Hotel Mercury, 09 e 10/12.

Seminário "A Justiça e a Promoção da Igualdade Racial" – Superior Tribunal de Justiça, 24/11.

➤ Tema: Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de Grupos e Segmentos Sociais Atingidos por Barragens:

Comparecimento à manifestação dos atingidos por barragens, Parque Oeste/GO, 28 e 29/09.

- Tema: Construção da Política Pública de Direitos Humanos no Âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH:

Mesa de Diálogo para discutir as políticas de direitos humanos para o biênio 2005/2006, ESAF, em 14.01.05.

Combate à tortura (2 reuniões e 1 Seminário "Construindo uma Política Nacional de Enfrentamento à Tortura", STJ, 1º e 2/12.

Proteção aos defensores de direitos humanos (9 reuniões e 1 "Seminário Nacional de Enfrentamento de Metodologia do Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos", ESAF, 28 a 30/11.

Construção de um sistema nacional de proteção (2 reuniões de Grupo de Trabalho).

- Tema: Criação de Agenda Comum em Direitos Humanos pelo Ministério Público Brasileiro:

I Encontro Nacional dos Ministérios Públicos em Direitos Humanos, Porto Alegre, 24 e 25/01.

Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Preparatória do GNPDh – Grupo Nacional do Promotores e Procuradores em Direitos Humanos, instituído no âmbito do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG (4 reuniões).

- Tema: Acesso à Justiça:

Colaboração no Grupo Interministerial criado pelo Decreto de 15 de abril de 2005 para estruturação da Defensoria Pública da União (23 reuniões).

Conferência Internacional “Acesso à justiça por meios alternativos de resolução de conflitos”– Hotel Noaum, 14 a 17/06

- Tema: Trabalho Escravo:

Oficina sobre "Combate ao Trabalho Escravo" no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 28/01.

Lançamento do Plano MDA/INCRA para Erradicação do Trabalho Escravo, Imperatriz/MA, 28/06.

Lançamento da Campanha Preventiva para Erradicação do Trabalho Escravo da CONATRAE Palácio do Planalto, 13/12.

Seminário Internacional sobre "Trabalho Escravo e Direitos Humanos", Rio de Janeiro, 07 a 10/11 .

- Tema: Intercâmbio com a Sociedade Civil, Poder Legislativo e Executivo Federal:

Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 26 a 31/01.

Conferência da Paz, Câmara dos Deputados, 08/03.

VIII Encontro Parlamentar de Direitos Humanos, Câmara dos Deputados, 28/04.

Lançamento do livro "Relatorias Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais" e posse dos novos relatores, Câmara dos Deputados, 03/05.

Seminário "Pobreza e Raça no Milênio", SEPPIR, 27/06.

Encontro Nacional de Direitos Humanos sobre Direito a Comunicação Social, Câmara dos Deputados, 17 e 18/08.

Seminário em defesa do direito do voto para as pessoas presas – auditório da Associação dos Magistrados Brasileiros, 01/09.

Seminário Transparência e Controle Social – um diálogo entre sociedade civil, Tribunais de Contas e Ministério Público – auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados, 23 e 24/05.

➤ Tema: Combate ao Tráfico de Seres Humanos:

Seminário sobre o Enfrentamento e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, promovido pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 27 a 29/06.

Oficinas Regionais sobre "Tráfico de Pessoas Para Fins de Exploração Sexual": Em Belém, de 14 a 17/06; em São Paulo, de 27 a 29/06; em João Pessoa, de 13 a 15/09; em Brasília, de 27 a 30/09.

Audiência Pública da Comissão do Turismo e do Desporto, Câmara dos Deputados, 12/05.

Audiência Pública sobre "Tráfico de Pessoas em Especial Mulheres e Crianças", Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, 17/08 .

Audiência Pública sobre "Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos no DF", Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 26/10.

Reunião sobre Tráfico de Pessoas realizada na OIT, nos dias 09/03;17/03; 05/04; 12/04; 28/04; 19/05; 22/06; 09/08; 05/09; 06/10; 11/11; 21/11 – perfazendo um total de doze reuniões, com o objetivo de discutir o forma e o conteúdo das “Oficinas Regionais sobre Tráfico de Pessoas” em Belém, João Pessoa, São Paulo e Brasília, ao longo de 2005, e ainda discutir e redigir o “Manual sobre Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual Comercial”.

Reunião com SEDH, VIOLES – UNB e SNJ sobre Tráfico de Pessoas, promovida pela PFDC, em 20/05.

Reunião sobre Tráfico de Pessoas, promovida pelo Ministério da Justiça, 06/10.

Reunião sobre “Política Nacional sobre Tráfico de Pessoas”, com o objetivo de elaborar minuta de documento para discussão, e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, aprovação da proposta de incluir no GT o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho, do Turismo, da Saúde e Ministério Público do Trabalho, tornando-o ainda mais representativo, ocorrida no Ministério da Justiça, 06/12.

➤ Tema: Migrantes:

Fórum Social Mundial das Migrações, Porto Alegre, 23 a 25/01.

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Migrações Internacionais que preparou a publicação “Políticas Públicas para as Migrações Internacionais. Migrantes e Refugiados”.

Audiência Pública “Travessia Morta – Imigrantes brasileiros que buscam na América uma nova vida, mas encontram a morte”, Câmara dos Deputados, 31/03.

➤ Tema: Sistema Internacional de Direitos Humanos:

Seminário “O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Brasil”, STJ, 16 e 17/05.

Audiência Pública sobre "Monitoramento da Política Externa de Direitos Humanos na Instância da ONU", Câmara dos Deputados, 28/09.

Relatório para o Comitê de direitos civis e políticos da ONU: acompanhamento das reuniões que prepararam subsídios (4 reuniões).

Reunião de criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, Comissão de Direitos Humanos, 06/12.

➤ Tema: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes:

Oficina visando discutir, para posterior publicação, o “Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil 1996 a 2004”, promovida pelo VIOLES – UnB e SAVE THE CHILDREN, 19/05.

2 DIRETRIZES E PRIORIDADES

No X Encontro Nacional dos Procuradores da Cidadania, realizado em Brasília, em meados de 2004, foram definidas as prioridades de atuação da PFDC. No XI Encontro (30.08 a 01.09.2005), foram definidas a continuidade de algumas atividades já em andamento, bem como o início de outras julgadas relevantes, principalmente em relação aos GTs.

RESOLUÇÕES DA PLENÁRIA DE 1º/09/05:

- Resolução 01:

Os Grupos de Trabalho (GT's) existentes junto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão serão mantidos, sobretudo para acompanhar a implantação dos manuais de orientação elaborados.

- Resolução 02:

Os GT's auxiliam a PFDC na formulação de linhas de atuação e metas.

- Resolução 03:

Os integrantes dos GT's não precisam, necessariamente, ser Procurador Regional dos Direitos do Cidadão. Entretanto, é imprescindível que os membros (titulares e suplentes) possuam atribuição relativamente ao tema do GT.

- Resolução 04:

Os GT's mantidos e instituídos permanecerão em atividade até o próximo Encontro Nacional dos Procuradores dos Direitos do Cidadão, devendo ser apresentado relatório dos trabalhos realizados até 31 de março de 2006.

- Resolução 05:

:A dinâmica dos GT's deve ser mantida, mas é necessário aprimorar a comunicação dos GT's com os PDC's. Na definição ou redefinição de seus objetivos, os GT's deverão colher elementos e informações junto aos PDC's.

- Resolução 06:

Os temas definidos no X ENPDC são mantidos como prioritários, sem prejuízo de outros estabelecidos e que impulsionaram a instituição de novos GT's. Os enfoques foram tratados pelos GT's existentes, sendo imprescindível o acompanhamento de sua implementação junto aos PRDC's e PDC's.

- Resolução 07:

As temáticas eleitas como prioridades para a instituição de novos GT's, são, pela ordem: 1) Educação (financiamento/mínimo constitucional; educação inclusiva e ações afirmativas); 2) Segurança Pública (Sistema Nacional de Proteção, abrangendo vítimas e testemunhas, réus colaboradores, defensores de direitos humanos, entre outros; violência policial; repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública); 3) Direitos Sexuais e Reprodutivos (discriminação de gênero e orientação sexual; tráfico interno e externo de pessoas para fins de exploração sexual).

- Resolução 08:

Os demais temas identificados, no XI ENPDC, como relevantes (discriminação em geral, trabalho infantil, previdenciário, reforma agrária, estruturação da PFDC e PRDC's), deverão ser desenvolvidos por meio de outras estratégias, como oficinas de trabalho, reuniões por videoconferência e eventualmente comissão com prazo determinado.

- Resolução 09:

A atuação dos PDC's e PRDC's com possibilidade de repercussão nacional, ou de ajuizamento de ações com efeitos de âmbito nacional, ou ainda, relativa a tese apta a gerar posicionamentos conflitantes no MPF, deve ser coordenada pela PFDC.

A sistemática sugerida é a de que o membro-oficiante deverá comunicar à PFDC que, por sua vez, solicitará o posicionamento de todos os membros com atuação, estabelecendo prazo razoável para manifestação a respeito da pretendida medida.

A PFDC, considerando e valorizando as posições manifestadas individualmente e dos GT's pertinentes, informará a todos a posição majoritária.

- Resolução 10:

A Portaria 303/2005 (PGR) deve ser suspensa. A fim de debater o seu conteúdo, será instituída, no prazo de 15 (quinze) dias, Comissão específica, integrada por representantes das PRR's, dos PRDC's e dos PDC's, cada qual com 5 (cinco) membros. A Comissão proporá minuta no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua instituição, a qual será objeto de deliberação entre os PDC's, PRDC's, PRR's com atuação, e PFDC para posterior encaminhamento ao PGR. Os componentes da Comissão serão escolhidos mediante sorteio após consulta dos interessados em participar, observando-se os seguintes critérios: a) PRDC's e PRR's – 01 representante de cada Região; b) PDC's – 01 representante de cada Região, mas de Estado diverso do PRDC designado.

- Resolução 11:

Os fatores condicionantes da saúde não podem ser considerados como ações e serviços públicos de saúde. O ENPDC solicita ao PGR que revise o entendimento contrário já expressado, mediante parecer, em ADIN.

- Resolução 12:

Salvo situações excepcionais, a alegação da reserva do possível não deve ser admitida como justificativa para a recusa à prestação de ações e serviços de saúde.

- Resolução 13:

Ao atuar judicialmente em defesa dos interesses individuais indisponíveis, é conveniente demonstrar a repercussão coletiva. O dever do gestor público em saúde de fornecer medicamento excepcional não depende, necessariamente, de previsão em lista oficial. Entretanto, é essencial que o MPF instaure procedimento e realize instrução a fim de verificar a eficiência e eficácia de

determinado medicamento como medida prévia de eventual pedido por inclusão em lista oficial.

- Resolução 14:

O usuário, em necessitando de medicamento excepcional, deve ingressar no SUS, submetendo-se a seus profissionais e regramentos (políticas sociais e econômicas).

- Resolução 15:

O ENPDC aprova o roteiro para atuação na garantia do direito humano à alimentação e apóia a participação do MPF na Comissão Nacional de Defesa do Direito à Alimentação Adequada.

- Resolução 16:

A respeito da violação de direitos constitucionais pelas emissoras de rádio e televisão, independentemente dos estudos promovidos pelo GT Comunicação Social, deve-se buscar, em cada caso concreto, provocar a fiscalização do Ministério das Comunicações. Em caso de omissão deste, deve se buscar a responsabilização mediante ações de improbidade e criminais, após tentativas de efetivação da fiscalização por meio de recomendações e termos de ajuste de conduta, sem prejuízo das ACPs.

- Resolução 17:

A repressão criminal no tocante às rádios comunitárias, quando cabível, não pode ser dissociada da atuação em defesa do direito à comunicação, cobrando-se do Ministério das Comunicações a agilização da publicação dos editais de aviso de habilitação para a outorga da concessão das rádios comunitárias.

- Resolução 18:

A PFDC, através do GT Comunicação Social, deve acompanhar o processo de regulamentação que está sendo efetuado pelo DPDC – Departamento de Proteção dos Direitos do Consumidor -, e pelo Poder Legislativo, a respeito de comerciais dirigidos a crianças e adolescentes.

- Resolução 19:

A atuação do MPF para o aprimoramento do controle social dos meios de comunicação pode ser efetivada no âmbito extrajudicial e judicial. Mecanismos extrajudiciais: audiências públicas; fóruns regionais, termos de ajuste de conduta e recomendações. Mecanismos judiciais: juntada aos autos de pareceres de antropólogos e psicólogos a respeito da inadequação da programação e seus efeitos; pedidos de reparação do dano moral coletivo, do direito de resposta coletivo e, excepcionalmente, a suspensão da veiculação dos programas questionados.

- Resolução 20:

A atuação do MPF contra o racismo e a pedofilia na internet deve ser orientada pela integração das áreas de tutela coletiva e criminal, no âmbito interno, e, no externo, com os Ministérios Públicos estaduais onde já exista atuação nesse campo. Realização de TACs com provedores visando ao bloqueio e retirada dos sítios que veiculem conteúdo racista e/ou pedófilo, nos moldes do que vem sendo realizado na PR/SP. Presença, no MPF, de analista pericial de informática voltado para essa atribuição, sendo necessária, enquanto não efetivada essa diretriz, a qualificação de servidores de informática para atuação contra tais violações de direitos humanos.

- Resolução 22:

O ENPDC é favorável às ações afirmativas para afrodescendentes e pessoas com deficiência. É também favorável à reserva de vagas (quotas) nas universidades, em cargos públicos e em processos simplificados de seleção para pessoas com deficiência (por unanimidade). Recomenda-se aos PRDCs e PDCs que acompanhem a execução dos programas de ações afirmativas, inclusive para garantir os recursos financeiros necessários à concessão de bolsas de estudos e outros incentivos aos beneficiários (por maioria).

- Resolução 23:

O ENPDC é favorável à educação inclusiva de crianças e adolescentes com deficiência, salientando que se trata de um direito indisponível.

- Resolução 24:

O MPF deve intervir, na esfera de competência da Justiça Federal: **a)** em sendo idosos hipossuficientes ou em situação de vulnerabilidade, como por exemplo, nos casos de benefícios de prestação continuada; e **b)** quando a hipótese guarde relação com direitos previstos no Estatuto do Idoso, como por exemplo, o atendimento preferencial.

- Resolução 25:

É conveniente a realização de Encontros Estaduais de Cidadania/Direitos Humanos envolvendo todos os ramos do MPU e os MPE's.

- Resolução 26:

É imprescindível o fortalecimento das parcerias entre os ramos do MPU e os MPE's.

3 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO

3.1 Relação de Procuradores Regionais dos Direitos do Cidadão e de Procuradores dos Direitos do Cidadão com Especialização em Saúde e Educação

PROCURADORES REGIONAIS DOS DIREITOS DO CIDADÃO:

Estado:	Nome:	Mandato:	Portaria PGR;	DOU :
AC	MARCUS VINICIUS A. MACEDO FREDI EVERTON WAGNER	29/08/01 A 30/11/05 01/12/05 A 01/12/07	308, DE 29/08/01 630, DE 28/11/05	01/12/05
AL	NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY	24/03/03 A 13/12/05 14/12/05 A 14/12/07	172, DE 24/03/03 636, DE 01/12/05	14/12/05
AP	JOSÉ CARDOSO LOPES (SEM ATO)			
AM	IZABELLA MARINHO BRANT ANNA CLÁUDIA LAZZARINI	05/05/04 A 23/06/05 24/06/05 A 24/06/07	307, DE 01/06/04 323, DE 22/06/05	24/06/05
BA	SIDNEY PESSOA MADRUGA DA SILVA	05/03/03 A 05/03/05 06/03/05 A 06/03/07	091, DE 27/02/03 072, DE 02/03/05	05/03/03 03/03/05

CE	MÁRCIO ANDRADE TORRES	18/10/04 A 18/10/06	616, DE 14/10/04	18/10/04
DF	LÍVIA NASCIMENTO TINÔCO	11/05/04 A 11/05/06	280, DE 11/05/04	
ES	HÉLIO FERREIRA H. JÚNIOR LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA	30/06/04 A 05/07/05 06/07/05 A 30/06/06	365, DE 28/06/04 364, DE 04/07/05	30/06/04 06/07/05
GO	CLÁUDIO DREWES J. SIQUEIRA GOETHE ODILON F.DE ABREU	19/04/04 A 21/06/05 22/06/05 A 22/06/07	224, DE 15/04/04 318, DE 20/06/05	19/04/04 22/06/05
MA	JURACI GUIMARÃES JÚNIOR	04/04/02 A 29/03/04 30/03/04 A 30/03/06	284, DE 04/04/02 146, DE 30/03/04	
MT	MÁRIO LÚCIO DE AVELAR	06/05/04 A 06/05/06	259, DE 04/05/04	06/05/04
MS	MAURO CICHOWSKI SANTOS	01/01/05 A 01/01/07	733, DE 16/12/04	
MG	ADAILTON R.DO NASCIMENTO TARCÍSIO HUMBERTO PARREI- RA HENRIQUES FILHO	09/06/03 A 15/08/05 16/08/05 A 16/08/07	382, DE 09/06/03 440, DE 15/08/05	16/08/05
PA	RÉGIS RICHAEAL P. DA SILVA BRUNO COSTA MAGALHÃES RODRIGO TELLES DE SOUZA	06/04/04 A 07/03/05 08/03/05 A 22/08/05 23/08/05 A 23/08/07	170, DE 01/04/04 086, DE 04/03/05 450, DE 22/08/05	06/04/04 08/03/05 23/08/05
PB	DUCIRAN VAN M. FARENA	24/03/03 ATÉ HOJE	181, DE 24/03/03	
PR	SÉRGIO CRUZ ARENHART	17/09/03 A 19/09/05 20/09/05 A 20/09/07	615, DE 17/09/03 505, DE 16/09/05	20/09/05
PE	LUCIANA M. MARTINS MARCELO MESQUITA MONTE	01/04/04 A 30/05/05 31/05/05 A 31/05/07	108, DE 16/03/04 247, DE 27/05/05	18/03/04 31/05/05
PI	WELLINGTON L. DE S. BONFIM	26/02/04 A 25/02/06	049, DE 17/02/04	18/02/04
RJ	MARCIA MORGADO MIRANDA WEINSCHENKER (SEM ATO) OBS. A última designação para PRDC/RJ foi para a Dra. Mônica Campos de Ré, promovida a Procuradora Regional dos República em 03/11/04.			

RN	FABIO NESI VENZON CIBELE B.GUEDES DA FONSECA	06/05/04 A 30/05/05 31/05/05 A 31/05/07	263, DE 04/05/04 246, DE 27/05/05	06/05/04 31/05/05
RS	CARLOS EDUARDO C. LEITE – SUBSTITUTO EVENTUAL. Assumiu a titularidade quando da promoção do Dr. Luiz Carlos Weber a Procurador Regional da República em 13/10/04.		318, DE 03/06/04	
RO	SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR (SEM ATO) FELIPE DA SILVA MULLER	20/09/05 A 20/09/07	504, DE 16/09/05	20/09/05
RR	GILBERTO GUIMARÃES FERRAZ JÚNIOR LAURO COELHO JÚNIOR	04/06/04 A 27/06/05 28/06/05 A 28/06/07	319, DE 04/06/04 330, DE 27/06/05	28/06/05
SC	CLÁUDIO V. CRISTANI	07/04/03 ATÉ HOJE	225, DE 07/04/03	
SP	EUGÊNIA AUGUSTA G.FÁVERO SÉRGIO GARDENGHI SUIAMA	13/02/03 A 13/02/05 14/02/05 A 14/02/07	055, DE 13/02/03 032, DE 10/02/05	14/02/05
SE	EDUARDO BOTÃO PELELLA	11/05/04 A 11/05/06	276, DE 10/05/04	11/05/04
TO	ALVARO LOTUFO MANZANO	19/11/04 A 19/11/06	657, DE 10/11/04	12/11/04

PROCURADORES DOS DIREITOS DO CIDADÃO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO:

ESTADO	MEMBROS
AC	Saúde : MARCUS VINICIUS AGUIAR MACEDO Educação: Idem
AL	Saúde : NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY Educação: Idem
AM	Saúde : ANNA CLÁUDIA LAZZARINI Educação: Idem
AP	Saúde : JOSÉ CARDOSO LOPES e PAULO ROBERTO OLEGÁRIO DE SOUZA Educação: Idem
BA	Saúde : NARA SOARES DANTAS Educação: SIDNEY PESSOA MADRUGA DA SILVA
CE	Saúde : ALESSANDER SALES, ALEXANDRE MEIRELES, NILCE RODRIGUES e FRAN- CISCO MACEDO Educação : Idem

DF	Saúde : CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA e PETERSON DE PAULA PEREIRA Educação: Idem
ES	Saúde : LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA Educação: Idem
GO	Saúde : GOETHE ODILON FREITAS DE ABREU Educação: MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA
MA	Saúde : JURACI GUIMARÃES JÚNIOR Educação: Idem
MT	Saúde : MÁRIO LÚCIO DE AVELAR Educação: Idem
MG	Saúde : JOSÉ JAIRO GOMES Educação: ADAILTON RAMOS DO NASCIMENTO
PA	Saúde : RODRIGO TELLES DE SOUZA Educação: Idem
PB	Saúde : DUCIRAN VAN MARSEN FARENA Educação: Idem
PE	Saúde : MARCOS ANTÔNIO DA SILVA COSTA, SÔNIA MARIA DE ASSUNÇÃO MACIEIRA, MABEL SEIXAS MENGUE, MARCELO MESQUITA MONTE e ANTÔNIO CARLOS DE V. C. BARRETO CAMPELO Educação: MARCELO MESQUITA MONTE.
PR	Saúde : Educação: Dra. ANTÔNIA LÉLIA NEVES SANCHES Educação: SÉRGIO CRUZ ARENHART
PI	Saúde : TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA Educação: WELLINGTON BONFIM, CARLOS WAGNER GUIMARÃES, TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA, MARCO TÚLIO LUSTOSA CAMINHA e KELSTON PINHEIRO LAGES GUSTAVO CARVALHO FONSECA
RJ	Saúde : DANIEL ALCÂNTARA PRAZERES, ROBERTA TRAJANO e LISIANE BRAECHER Educação: MARIA CRISTINA CORDEIRO e MÁRCIA MORGADO
RN	Saúde : CIBELE BENEVIDES GUEDES DA FONSECA Educação: Idem
RS	Saúde : ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS e JOSÉ ALEXANDRE PINTO NUNES Educação: CARLOS EDUARDO COPETTI LEITE
RO	Saúde : Educação:
RR	Saúde : LAURO COELHO JÚNIOR Educação: Idem
SC	Saúde : CLÁUDIO DUTRA FONTELA e CARLOS AUGUSTO DE AMORIM DUTRA Educação: Idem
SP	Saúde : ROSE SANTA ROSA, SÔNIA MARIA CURVELO e LUIZ FERNANDO GASPAR COSTA Educação: Idem
SE	Saúde : EDUARDO BOTÃO PELELLA e RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA Educação: Idem
TO	Saúde : ÁLVARO LOTUFO MANZANO Educação: Idem

3.2 Grupos de Trabalho: Resumo das Atividades

➤ DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA:

Instituído pela Portaria nº 001/2004-PFDC/MPF, de 08 de setembro de 2004, considerando a Resolução nº 13 do X Encontro Nacional dos Procuradores da Cidadania.

O GT foi formado com o objetivo de debater e propor metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos Direitos do Cidadão em todo o país, relacionadas ao direito humano à alimentação adequada, considerando também a experiência acumulada pelos membros do MPF com atuação na matéria e as interfaces existentes entre o tema do Grupo e áreas de atuação de Procuradores da República que oficiam em matérias afetas a outras Câmaras de Coordenação e Revisão.

Até novembro de 2005, a composição do GT não se alterou. Com a aposentadoria do Procurador da República em Alagoas, Delson Lyra da Fonseca, passou a substituí-lo, o também procurador da República em Alagoas, Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva, conforme Portaria nº 010/2005-PFDC/MPF, de 24 de novembro de 2005.

Composição atual:

Membros Titulares:

Duciran Van Marsen Farena – PRDC/PB
Paulo Gilberto Cogo Leivas – PRR/4ª Região – RS
Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva – PR/AL

Participação:

Alexandra Beurlen – Promotora de Justiça do Estado de Alagoas

Representantes das Câmaras de Coordenação e Revisão:

3ª CCR: Duciran Van Marsen Farena – PRDC/PB
4ª CCR: Jefferson Aparecido Dias – PRM/Marília-SP
5ª CCR: Marlon Alberto Weichert – PRR/3ª Região; Dr. José Adonis de Araújo Sá – PRR/1ª Região
5ª CCR: Charles Stevam da Mota Pessoa – PRM/Dourados-MS.

Colaboração:

Humberto Jacques de Medeiros – PRR 4ª Região
--

Assessora responsável: Emília Ulhôa Botelho

Plano de Trabalho:

Em 2004, O GT sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada estabeleceu:

Princípios:

- Direito à alimentação deve ser trabalhado na perspectiva da universalidade, com atenção aos grupos mais vulneráveis. Nesse sentido, é um direito que não está limitado à disponibilidade de recursos.
- Quando forem destacados grupos especiais, seguindo a lógica organizacional do MPF, a PFDC trabalhará no sentido da interação com as Câmaras de Coordenação e Revisão.

Linhas de Atuação/objetivos:

- Resgate, divulgação e multiplicação das iniciativas locais do MPF pelo direito à alimentação adequada. Apoio às atividades locais mediante subsídios, aperfeiçoamento, informações etc.
- Atuação como *longa manus* da PFDC nas questões de âmbito nacional, relacionadas às políticas públicas de alimentação e nutrição;

Metas segundo as linhas de atuação:

- a) Ações de resgate, divulgação e multiplicação das iniciativas locais do MPF pelo direito à alimentação adequada.

Meta 1. Criar espaço na página da PFDC para divulgar os trabalhos do grupo, com legislação, atas, textos etc.

Meta 2. Produzir publicação com um roteiro de atuação do MPF, legislação e textos.

Meta 3. Contar com a participação no GT da Promotora de Justiça – MPAL, Alexandra Beurlen, especialista no tema.

Meta 4. Buscar interação com as Câmaras de Coordenação e Revisão, tendo em vista as diversas interfaces do tema com as matérias de que tratam, iniciando com uma apresentação aos Coordenadores das Câmaras.

b) Ações relacionadas à atuação em conjunto com a PFDC nas questões de âmbito nacional.

Meta 5. Atualização e ampliação do conhecimento sobre as políticas nacionais e acompanhamento da implementação das mesmas.

Meta 6. Atuar junto ao Governo Federal com o objetivo de universalização do Cadastro Único e adoção de indicadores para medir a eficácia dos programas governamentais, considerando:

- a necessidade de que os municípios adotem critérios objetivos para o cadastramento, evitando cadastrar por demanda individual;
- necessidade de que sejam adotados indicadores de avaliação eficazes;
- importância da universalização do direito ao Bolsa Família;
- necessidade de verificar como anda o funcionamento do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional);
- a questão da falta de meios e recursos para
- implantação da avaliação antropométrica.

Meta 7. Criação de procedimentos para recebimento de denúncias por violação ao Direito à Alimentação, no MPF.

Meta 8. Articulação com a sociedade civil (movimentos e organizações que atuam com o tema), viabilizando-se a participação do GT nos principais eventos e fóruns sobre o tema, quais sejam:

- 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU, a se realizar em Brasília, no mês de março de 2005;
- Seminário sobre Indicadores para Avaliação da Eficácia das Políticas Públicas voltadas à alimentação e nutrição, previsto para 4/5 de novembro de 2004;
- Seminário Internacional sobre Experiências de Legislação, com a participação de jurista da África do Sul, entre outros, a acontecer em 15/16/17 de dezembro de 2004. Realizar estudo da Decisão da Suprema Corte da Índia sobre o Direito Humano à Alimentação.

Meta 9. Acompanhamento dos resultados das Oficinas Preparatórias para a 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU.

Meta 10. Propor reuniões com gestores das políticas e/ou programas:

- Reunião com a Secretaria de Rendas e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sobre o Cadastro Único.
- Reunião com o IBGE para conhecer melhor os produtos.

➤ **COMUNICAÇÃO SOCIAL:**

Instituído pela Portaria nº 02/2004-PFDC/MPF, de 14 de setembro de 2004, decidiu, quanto às prioridades e metas para o período agosto/2004 a agosto/2005, incluir o tema da Comunicação Social, com enfoque na programação televisiva voltada à criança e ao adolescente e no procedimento de autorização para novas rádios comunitárias. O XI Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão ratificou esses temas como prioritários para a PFDC, assim como o GT em funcionamento por mais um período. Foi ainda introduzido como novo enfoque do tema Comunicação Social a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Composição do GT:

Titulares:

Fernando Almeida Martins – PR/MG
Márcia Morgado Miranda Weinschenker – PR/RJ
Sérgio Gardenghi Suiama – PR/SP

Suplentes

Domingos Sávio Dresch Silveira – PRR 4ª Região
Marcus Vinicius Aguiar Macedo – PR/AC

Assessor responsável: Jorge Bruno Sales Souza

No decorrer do ano de 2005, o Dr. Domingos Silveira deixou de participar das atividades do GT em razão de seu afastamento para estudo no exterior; não tendo sido, contudo, designado substituto.

A atuação do GT em números, no período de janeiro a dezembro de 2005:

- Reuniões internas: 07.
- Reuniões com representantes de outros órgãos governamentais e da sociedade civil: 04.
- Seminário Nacional “Controle Social da Programação Televisiva (em parceria com a CDHM-Câmara dos Deputados): 01 reunião.
- 50 CD-ROMs com doutrina, legislação e jurisprudência relativa ao controle da programação televisiva distribuídos durante o Seminário Nacional.
- Audiências Públicas – 02 (Rio de Janeiro e Rio Branco).
- TACs propostos – 03 (com o Conselho Federal de Psicologia, o DJCTQ-MJ e a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações).
- Expedientes encaminhados à PFDC para análise: 12.
- Procedimentos Administrativos analisados: 10.

Outras atuações:

- Apoio a realização do Encontro Nacional de Direitos Humanos que teve por tema central o direito à comunicação.
- Participação no Grupo de Trabalho sobre Classificação Indicativa, da Secretaria Nacional de Justiça-MJ, por meio do Dr. Fernando Martins e da Dra. Márcia Weinschenker.

➤ **DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS:**

Instituído por meio da Portaria nº 008/2005, de 18 de outubro de 2005, para o fim de debater e propor as metas e procedimentos para atuação coordenada dos Procuradores dos Direitos do

Cidadão em todo o País, acerca da discriminação de gênero e orientação sexual, tráfico interno e externo de pessoas para fins de exploração sexual, entre outras questões, e também sobre os temas prioritários para atuação institucional, durante o período de setembro de 2005 a setembro de 2006.

Composição do GT:

Titulares:

Cibele Benevides Guedes da Fonseca (PR/RN);
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (PRR/3ª Região);
Renato de Freitas Souza Machado (PRM-São João de Meriti/RJ).

Suplentes

Anna Cláudia Lazzarini (PR/AM);
Rafaella Alberici (PRM-Bagé/RS);
Stella Fátima Scampini (PR/SP).

Colaboradoras

Andréa Lyrio de Souza Mayer Soares (PRR/1ª Região);
Lívia Nascimento Tinôco (PR/DF).

Assessores responsáveis Eduardo Alexandre Z. V. da Cunha e Rossana Maria A. Barros

Reuniões: na PFDC, em 18/11 e por Videoconferência, em 02/12 com a Palestra “Discriminação de Gênero e Orientação Sexual”, proferida pela Antropóloga Lia Zanotta Machado.

➤ SAÚDE:

Instituído pela Portaria no. 03/2004-PFDC/MPF, de 29/09/2004, está composto pelos seguintes Membros:

Alexandre Amaral Gavronski, Procurador da República no Estado de São Paulo (que exerceu a coordenação dos trabalhos do grupo)
Nara Soares Dantas, Procuradora da República no Estado da Bahia
Ramiro Rockenbach da Silva, Procurador da República no Estado de Sergipe
Oswaldo José Barbosa Silva, Procurador Regional da República da 1ª Região (colaborador)

Assessora responsável: Mércia Beatriz Miranda.

Este grupo, até o último Encontro Nacional de Procuradores do Direito do Cidadão, no final de agosto e início de setembro, promoveu duas reuniões e uma videoconferência e, por fim, apresentou no IX ENPDC, conclusão dos trabalhos do grupo, através da elaboração de um manual de saúde que se encontra disponível no site da PFDC. O manual do GT/Saúde é fruto de um trabalho realizada à partir das discussões em reuniões iniciadas em final de 2004, sendo que na Segunda reunião, ocorrida nos dias 13 e 14 de abril, contou com a participação dos colaboradores Gilson Carvalho – professor sobre financiamento público da saúde e médico pediatra, Elias Antônio Jorge – Diretor do Departamento de Economia da Saúde/MS, Nelson Rodrigues dos Santos – Diretor de Programa do Ministério da Saúde, Ozório Paiva Filho – Assessor Técnico da Área de Medicamentos da ANVISA, Paulo Gomes Gonçalves – Representante da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do TCU,

Márcia Peixoto e Ricardo Barcelo – Representantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e Responsáveis pela Área de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde e Marco Antônio Teixeira – Procurador de Justiça do Paraná e Membro da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA. O GT/Saúde. A terceira reunião ocorreu nos dias 28 e 29 de junho/2005 para fechamento da minuta do manual e, por último, em 18/08/2005 houve uma videoconferência.

No XI Encontro Nacional dos Procuradores dos Direitos do Cidadão foi aprovada a continuação do GT/Saúde, passando a ter como membros Dra. Nara Dantas da PR/BA, Dra. Rose Santa Rosa da PR/SP, Dra. Ana Paula Carvalho de Medeiros da PR/RS e como membro suplente Dr. Ramiro Rockenbach da Silva da PR/SE, que até o final do ano não foi possível agendar reunião do novo grupo, em função da incompatibilidade da disponibilidade de tempo dentre os membros.

➤ SEGURANÇA PÚBLICA:

Instituído em 18/10/2005. Os principais enfoques que nortearam sua criação foram a construção de um sistema nacional de proteção, abrangendo vítimas, testemunhas, réus colaboradores, defensores de direitos humanos; violência policial e Fundo Nacional de Segurança Pública. Todos eles já objeto de acompanhamento e discussão, no âmbito interno e externo, pela PFDC.

Composição do GT:

Titulares

Carlos Eduardo Copetti Leite (PR/RS);
Viviane de Oliveira Martinez (PRM-Ponta Porã/MS);
Luciano Mariz Maia (PRR/5ª Região).

Suplentes

Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior (PR/RN);
Carlos Vinicius Soares Cabeleira (PR/ES);
Regis Richael Primo da Silva (PR/PA).

Colaboradores

Delza Curvello Rocha (PGR);
Wagner Natal Batista (PGR).

Assessora responsável: Mariela Villas Bôas Dias.

Sua primeira reunião ocorreu em 03/11/2005, por meio videoconferência. Nesta houve a ratificação dos enfoques sugeridos pelos Procuradores dos Direitos do Cidadão e ficou acordado que o GT elaborará um manual para atuação junto ao Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Quanto a metodologia a ser empregada ficou acordado que oportunamente, em reunião presencial, haveria uma definição.

➤ EDUCAÇÃO:

Constituído a partir da Resolução nº 07 do XI Encontro Nacional dos Procuradores dos Direitos do Cidadão.

Composição:

Titulares:

Andrea Henriques Szilard (PRR/2ª Região);

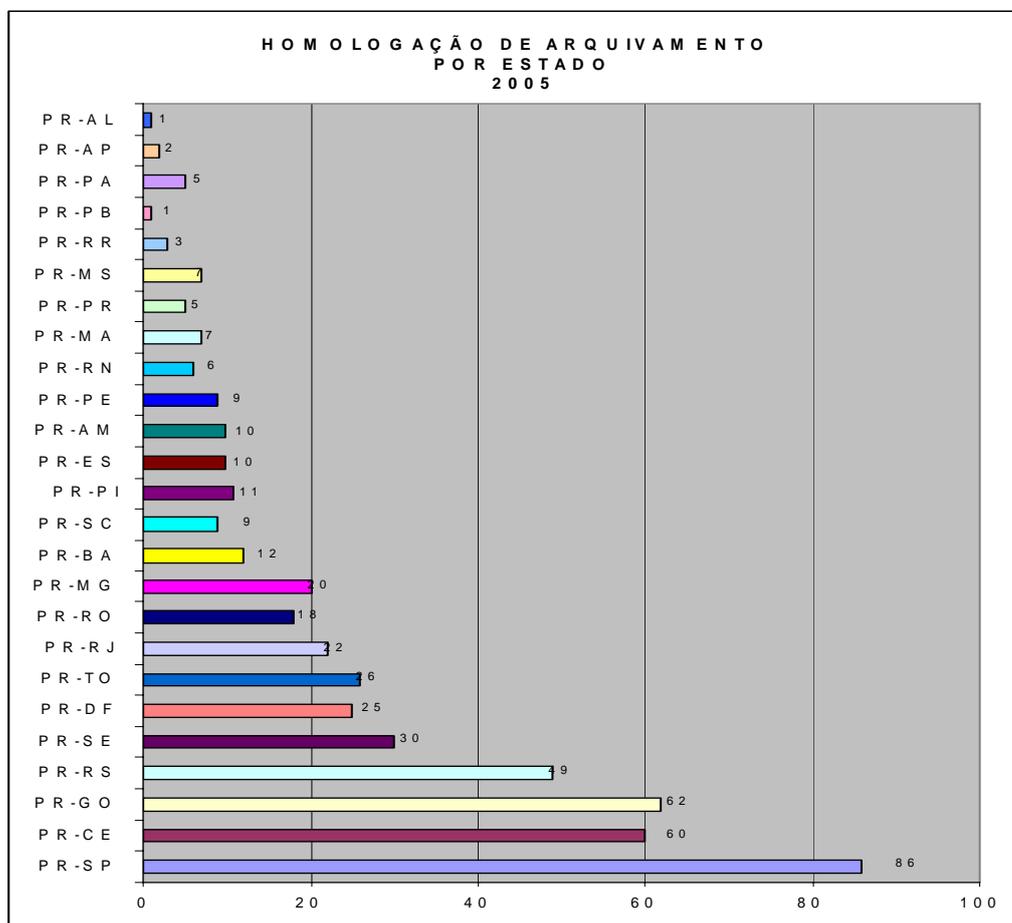
Rafael Brum Miron (PRM-Santa Maria/RS);
Sidney Pessoa Madruga da Silva (PR/BA).

Suplentes:

Alessander Wilckson Cabral Sales (PR/CE);
Luiz Fernando Gaspar Costa (PR/SP);
Enrico Rodrigues de Freitas (PRM-Passo Fundo/RS).

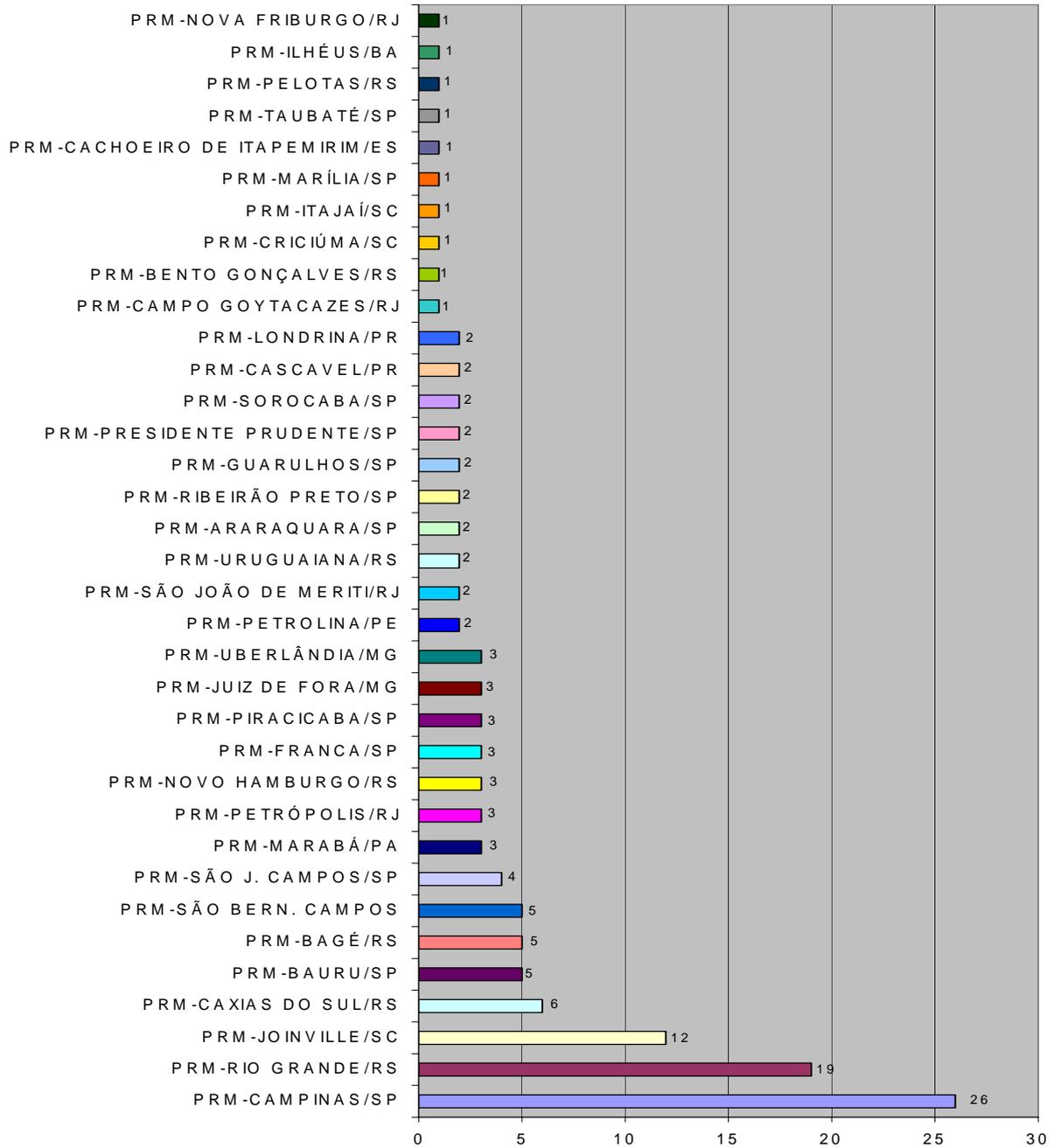
Assessor responsável Fernando Luís Silveira Corrêa.

4 ATIVIDADE DE REVISÃO

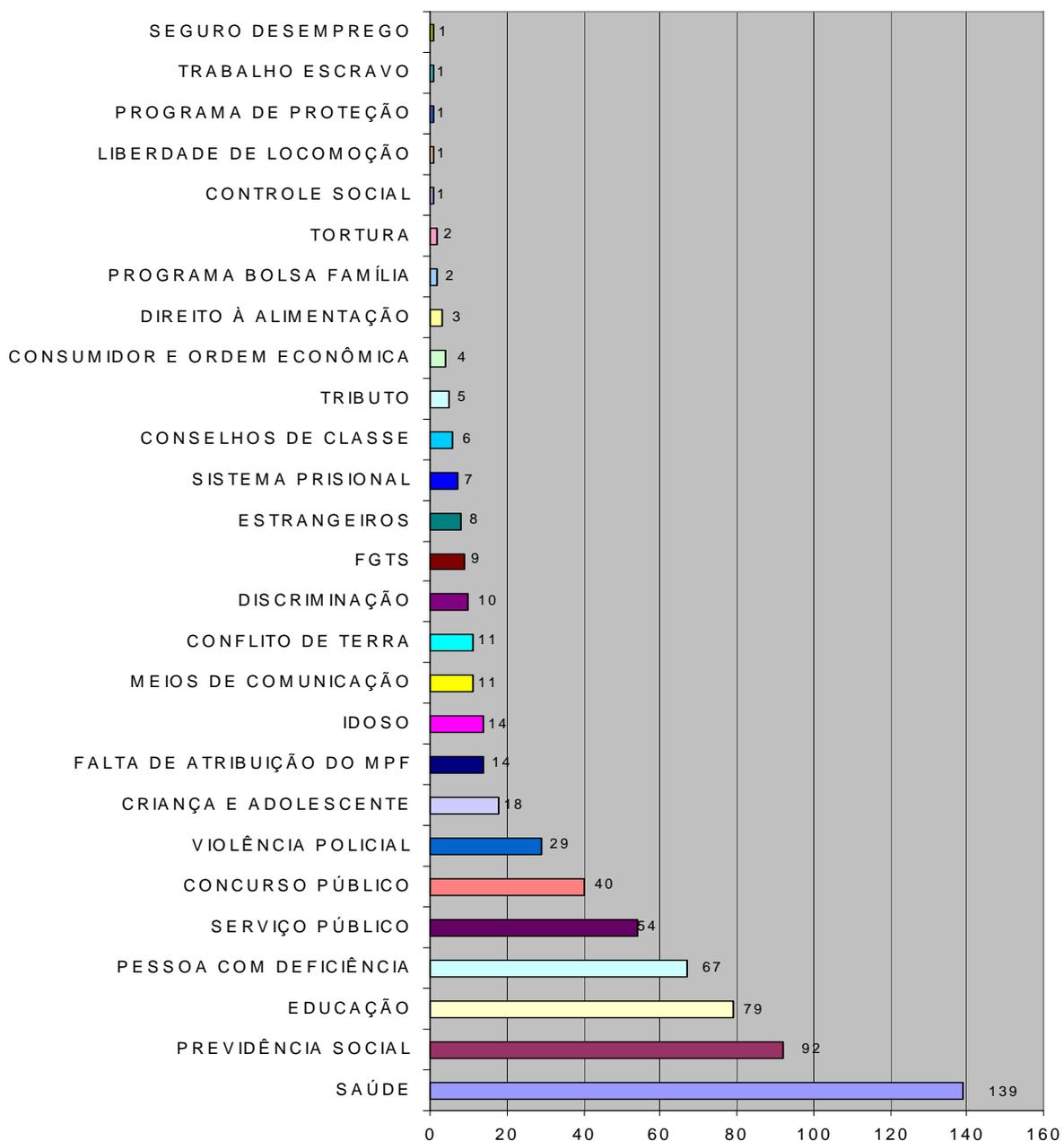


SAF Sul - Quadra 04 - Lote 03 - Bloco B - Sala 303 CEP: 70.050-900 - Brasília/DF
Telefones: 3031-6000 - 3031-6006/6112(Fax) e-mail:pidc001@pgr.mpf.gov.br

**HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO
POR MUNICÍPIO
2005**



HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR TEMA 2005



5 ATIVIDADE EXTERNA

5.1 Participação em Conselhos

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
(Membro titular)

➤ Membro das seguintes comissões especiais:

Comissão Especial sobre o “Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas e Vítimas no Brasil”

Comissão Especial sobre o “Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos

Comissão Especial constituída com o objetivo de “acompanhar e investigar denúncias de assassinatos contra mulheres na região do Cariri

Comissão Especial constituída com a finalidade de apurar denúncias encaminhadas pela Associação de Vítimas do Césio 137 e pelo Ministério Público de Goiás relacionadas ao grave incidente que resultou em contaminação e morte de diversas pessoas em Goiânia/GO, em 1987

Comissão Especial com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de apuração de denúncias da atuação de "grupos de extermínio" no Estado do Ceará. (designado para representar a PFDC Wellington Bonfim - PRDC/PI)

Comissão Especial com o objetivo de apurar violações a Direitos Humanos acerca dos fatos vinculados a operação de Reintegração de Posse, que resultou em vítimas fatais e inúmeros feridos, realizada por Policiais Militares no Parque Oeste Industrial em Goiânia, Estado de Goiás, em fevereiro de 2005

Comissão Especial com o objetivo de estabelecer metodologia interinstitucional de trabalho para acompanhamento e apuração de denúncias relativas à violação do Direito Humano à Alimentação Adequada. (Designado - Paulo Gilberto Cogo Leivas - PRR/4)

Comissão Especial com o objetivo de apurar denúncias de graves violações aos direitos humanos e descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente durante a transferência e internação de adolescentes na Penitenciária de Tupi Paulista, no Estado de São Paulo. (Designada - Paula Bajer Fernandes M da Costa - PRR/3)

Participação em 15 reuniões (A PFDC foi representada pelos Subprocuradores-Gerais da República Sandra Verônica Cureau, Wagner Gonçalves e Deborah M. Duprat de B. Pereira em 3 reuniões, respectivamente).

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE

(Membro Suplente) a partir de 21 de dezembro de 2004 (Titular: Subprocurador-Geral da República Francisco Dias Teixeira).

Participação em 3 reuniões, sendo uma em 28/06 em Imperatriz/MA.

Conselho Deliberativo do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

(Membro titular)

Participação em 3 reuniões.

Membro suplente: Procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco - PRDC/DF.

Participação em 3 reuniões.

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência -CONADE

(Observador titular)

Participação em 2 reuniões.

(Observador Suplente): Procurador da República Cláudio Drewes José de Siqueira - PR/GO.

Participação em 3 reuniões.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
Pendente a designação
Participação em reunião(ver relatório da Assessoria Multidisciplinar)

Conselho do Fundo de Segurança Pública
Membro: Subprocuradora-Geral da República Helenita Amélia G. Caiado de Acioli.

5.2 Participação em Eventos

- 1ª Conferência da Paz no Brasil, Câmara Federal, Auditório Nereu Ramos, Brasília, 8.3.2005, Mesa de abertura
- 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU, Bay Park Resort Hotel, Brasília, 14 a 18.03.2005
- Seminário Regional “Corte Penal Internacional y Justicia de Género”, Senado de la República Argentina, Buenos Aires, 16 a 18.03.2005
- Curso “A Antropologia no MPF e a Defesa de Direitos Socioculturais”, ESMPU, Brasília, 28 a 30.03.2005, apresentadora e debatedora
- Fórum de Discussão sobre as Recomendações dos Comitês CEDAW e DESC na Área de Saúde das Mulheres, Auditório da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, Brasília, 4 e 5.4.2005, debatedora
- I Congresso Latino-Americano da Psicologia – ULAPSI, mesa redonda “A Luta Contra os Manicômios no Brasil”, palestra: “A Desqualificação Jurídica das Pessoas com Transtorno Mental”, Memorial da América Latina, São Paulo, 20 a 23.4.2005, debatedora
- Seminário “O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Brasil”, Auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, 16 e 17.05.2005
- IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Painel “As Experiências Brasileiras no Combate à Corrupção”, Blue Tree Alvorada, Brasília, 7 a 10.6.2005, presidente de mesa
- IV Curso de Iniciação para Procuradores da República, ESMPU, Brasília, 7 a 10.6.2005, palestrante
- I Seminário da Comissão da Mulher Advogada/2005 - “Política Nacional das Mulheres e a Carreira Jurídica”, Painel: A Mulher como Agente Ativo no Processo de Transformação Política no País – A Mulher e a Competitividade no Mercado de Trabalho, Auditório da OAB/DF, Brasília, 15.06.2005, conferencista
- Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao PL nº 3638, de 2000, que “Institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e Dá Providências”, Câmara dos Deputados, Brasília, 23.06.2005, expositora.
- Seminário Trabalho Escravo: A Escravidão Contemporânea, Palestra: “Trabalho Escravo: conceituação legal e caracterização”, ANSA, Vila Rica/MT, 20 e 21.07.2005, palestrante
- Seminário Nacional sobre Exigibilidade e Justiciabilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada, Painel “Mecanismos, no âmbito nacional, para uma estratégia de exigibilidade e justiciabilidade do direito humano à alimentação adequada”, St Peter Hotel, Brasília, 28 e 29.07.2005, painelistas
- Seminário “Violência Contra a Mulher: Um Ponto Final”, Câmara dos Deputados, Brasília, 16.08.2005
- Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 – Direito Humano à Comunicação: um mundo, muitas vozes, Câmara dos Deputados, Brasília, 17 e 18.08.2005, debatedora
- Seminário “Ética e Responsabilidade Social na Realização da Justiça, MPDFT, Brasília, 26.08.2005, debatedora
- VII Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, Mesa de Abertura “Contextualização da Luta pelos Direitos Humanos no Brasil”, Hotel Kubitschek Plaza, Brasília, 01 a 03.09.2005, palestrante

- XIX Conferência Nacional dos Advogados “República, Poder e Cidadania”, Centro de Convenções, Florianópolis, 25 a 29.09.2005, conferencista
- Seminário “Ações Afirmativas e Políticas Públicas de Inclusão”, Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 19 e 20.10.2005, painelista
- XVI Congresso Nacional do Ministério Público: Ministério Público e Justiça Social, Belo Horizonte, 06 a 09.11.2005, palestrante
- Seminário Internacional “Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos”, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 07 a 10.11.2005, expositora
- III Simpósio Brasileiro pelos Direitos Humanos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 14 e 15.11.2005, palestrante
- Seminário Nacional Controle Social na Morte Materna e Interlocação com o Ministério Público, Hotel Phenicia, Brasília, 17.11.2005, expositora
- Seminário “Construindo estratégias de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada”, Hotel St. Peter, Brasília, 17 e 18.11.2005
- Seminário Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes no Brasil, Brasília, 29.11 a 01.12.2005
- Seminário Internacional “Educação para a Paz e Direitos Humanos”, Brasília, 08 e 09.12.2005

5.3 Participação em Comissão de Jurados

- Reunião do Comitê de Julgamento do Prêmio de Direitos Humanos em 2005, instituído pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, realizada em Brasília no dia 01 de dezembro de 2005, no Edifício Sede do Ministério da Justiça
- Reunião do Corpo de Jurados sobre o IX Prêmio Cidadania Mundial - Comunidade Baha’i do Brasil, realizada em Brasília no dia 01 de novembro de 2005.

5.4 Audiências Concedidas

- Autoridades da Procuradoria Federal da Suíça, em fevereiro de 2005.
- Representantes da Federação Internacional de Direitos Humanos – FIDH, em 02 de junho de 2005.
- Delegação da Ucrânia, em 05 de junho de 2005.
- Delegação de Moçambique, em 13 de junho de 2005.
- Delegação de Moçambique (Escola Superior), em 30 de novembro de 2005.

6 EVENTOS ORGANIZADOS OU APOIADOS

- I Encontro Nacional Ministério Público e Direitos Humanos, Porto Alegre, 24 e 25/01
- Fórum Social Mundial (o Combate ao Trabalho Escravo no Mundo Globalizado), Porto Alegre, 28/01
- 1ª Conferência da Paz do Brasil, Brasília, 08/03
- Coquetel de Lançamento da Cartilha “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, Brasília, 30/03
- Oficina “Todos contra a Tortura”, Palmas, 11 e 12/04
- Seminário Nacional “Controle Social da Programação Televisiva”, Câmara dos Deputados, 26 e 27/04
- Oficina de Banco de Dados do Projeto de Combate e Prevenção ao Tráfico Internacional de Seres Humanos, Brasília, 27/04
- IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Brasília, 07 a 10/06
- Oficinas Regionais sobre Tráfico de Seres Humanos, auditório da PR/PA, 14 a 17/06
- Simpósio Nacional de Saúde, Brasília, 28 a 30/06
- Seminário “15 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente – Avanços e desafios sob a ótica do Sistema de Justiça”, Brasília, 11/07
- Seminário Nacional sobre exigibilidade e justiciabilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada, Brasília, 28 e 29/07
- Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 – Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes”, Câmara dos Deputados, 17 e 18/08
- Seminário “Violência contra a Mulher: Um Ponto Final”, Brasília, 16/08
- XI Encontro Nacional dos Procuradores da Cidadania, Brasília, 30/08 a 01/09
- Oficinas Regionais sobre o Tráfico de Seres Humanos, Paraíba, 13 a 16/09
- Seminário “Portador de Deficiência – Portador de Cidadania”, Brasília, 21/09
- Oficinas Regionais sobre o Tráfico de Seres Humanos, Brasília, 27 a 30/09
- 2º Dia Nacional de Luta Contra a Baixaria na TV, 09/09
- Seminário Nacional “Banalização da Interdição Judicial no Brasil: uma violência contra a democracia e os direitos humanos”, Câmara dos Deputados, 20 e 21/10
- Seminário Internacional sobre Trabalho Escravo e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 07 a 10/11
- I Semana de Debates sobre Racismo e Desigualdade Racial do Ministério Público Federal, Brasília, 21 a 25/11
- Lançamento do Manual sobre Tráfico de Seres Humanos, Brasília, 13/12

7 PARCERIAS FORMAIS E INFORMAIS

- Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Plataforma Dhesc Brasil (atividades conjuntas voltadas para o direito ao trabalho, à alimentação, à moradia e terra urbana, à saúde, à educação etc).
- Departamento Internacional de Desenvolvimento – Brasil (DFID) - Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) (trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, envolvendo o PNUD e OPAS, Banco Mundial e BIRD, visando desenvolver uma abordagem à redução da pobreza na América Latina e no Caribe).
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República e Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Projeto Todos contra a Tortura, com Oficinas de Trabalho Escravo em várias capitais brasileiras, comitê de premiação Prêmio DH.
- Ouvidoria Geral da União, vinculada à Controladoria-Geral da União - Presidência da República (parceria voltada para o encaminhamento mútuo de denúncias, análise e apuração dos fatos informados, quando verificada a possibilidade de atendimento mais eficaz tanto na PFDC quanto na Ouvidoria).
- Organização Internacional do Trabalho- Ministério Público do Trabalho (relativamente ao “Trabalho Escravo”).
- Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT (comunicados e relatórios de fiscalizações móveis - averiguação de denúncias sobre a prática de trabalho escravo, bem com a adoção de medidas tendentes, no âmbito das Unidades do MPF nos estados e municípios, a apurar as irregularidades detectadas).
- Conselho Federal de Psicologia - elaboração de pareceres
- Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (envio, pela referida Comissão, de denúncias e outros expedientes acerca de questões de direitos humanos), para análise e providências tendentes a adoção de medidas que preservem questões relacionadas aos direitos humanos.

CONCLUSÃO

O quadro de lotação continua insuficiente, dependendo por demais de estagiários e dos terceirizados.

A Assessoria Multidisciplinar, além de consolidar algumas rotinas administrativas está aos poucos se transformando em uma equipe qualificada nos vários temas tratados pela PFDC, prestando serviços inclusive aos PDC, quando solicitado.

A Assessoria de Documentação, Informação e Divulgação passou a interagir melhor com as demais Assessorias e incrementou todas as suas atividades.

Dileneou-se no curso do ano a percepção de que é preciso criar um cartório para o trâmite das promoções de arquivamento encaminhadas a homologação. Persiste a necessidade, apontada no relatório anterior, de uma estrutura específica e especializada para atendimento de demandas individuais, praticamente diária, trazidas por pessoas com sofrimento ou transtorno mental.

A implantação demorada do Sistema Único continua a prejudicar a atividade de coordenação da PFDC, que não conta com informações precisas e de forma rápida. Registra-se, porém, o aumento nas comunicações pelos membros de propositura de ACP, ICP e TAC.

O aplicativo para o acompanhamento das ações penais relativas aos crimes que configuram trabalho escravo só foi apresentado pela Secretaria de Informática no final do ano e sem possibilidade de migração dos dados do quadro antes existentes.

Os Grupos de Trabalho tiveram desempenhos diferenciados, mas de modo geral contribuíram para uma atuação mais efetiva do Ministério Público Federal e, especificamente, da PFDC. Os Manais foram elaborados, estando a publicação programada para o primeiro semestre de 2006, pela ESMPU.

A Comissão instituída para elaborar proposta substitutiva à Portaria nº 303/2005, do PGR, não logrou apresentá-la no prazo fixado, exíguo, diante das dificuldades de compatibilizar agendas. Os debates por meio de videoconferência, embora profícuos, estão pendentes de uma reunião final presencial, em 2006.

Verifica-se um aumento no número de procedimentos encaminhados para homologação do arquivamento. Para dar vazão a grande quantidade optou-se por despachos sintéticos nos casos de concordância. A ausência de regramento pelo CSMPF sobre a homologação pela PFDC cria algumas distorções nas estatísticas e na avaliação de mérito, pois alguns membros enviam as promoções para as câmaras de Coordenação e Revisão. Entretanto, a maioria encaminha à PFDC. As Câmaras, por sua vez, em regra, reencaminham à PFDC, reforçando o entendimento majoritário de que a PFDC coordena e revisa nas matérias de sua atuação, ainda que como órgão unipessoal.

ELA WIECKO V. DE CASTILHO
Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão